



O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 7521 | Salvador, quinta-feira, 30.08.2018

Presidente em exercício Euclides Fagundes



CAMPANHA SALARIAL

FOTOS: MANOEL PORTO



Ginásio de Esporte ficou completamente lotado para a assembleia



Bancários decidiram de forma democrática o destino da campanha

Denúncias sobre os impactos das resoluções da CGPAR

Página 4

Propostas aprovadas

Os bancários da base do Sindicato dos Bancários da Bahia aprovaram as propostas da Fenaban, BB, BNB e Caixa, durante assembleia, realizada ontem, no Ginásio de Esporte. Os acordos são resultado de intensa luta, pressão e mobilização da categoria. Afinal, o cenário é totalmente desfavorável para o trabalhador. É a primeira campanha salarial após a aprovação da reforma trabalhista. Um enorme desafio. Páginas 2 e 3



Expressiva participação dos trabalhadores dos bancos públicos



Propostas são aprovadas na Bahia

Em assembleia lotada, bancários aprovam acordos

REDAÇÃO
imprensa@bancariosbahia.org.br

EM uma assembleia bastante concorrida, os bancários da base do Sindicato da Bahia aprovaram as propostas da Fenaban (Federação Nacional dos Bancários), Banco do Brasil, Caixa e BNB. A decisão foi tomada na noite de ontem, no Ginásio de

Esporte, ladeira dos Afritos.

Além da manutenção da CCT – o fim da ultratividade colocou em risco os direitos garantidos nacionalmente por 26 anos da Convenção Coletiva de Trabalho –, a categoria garantiu reajuste salarial de 5% em 2018, com aumento real de 1,18%.

O acordo bianual prevê ainda, para 2019, a reposição da inflação (INPC) mais 1% de ganho real para salários e demais verbas. Vale lembrar que em diversas mesas de negociação da campanha, os bancos sugeriram

excluir direitos da CCT, com supressão ou alteração de cláusulas. Mas, o Comando Nacional dos Bancários resistiu, pressionou e mudou o jogo, com garantia de avanços.

O presidente licenciado do Sindicato, Augusto Vasconcelos, lembrou que, diante da conjuntura, o acordo foi favorável aos bancários. “Garantimos a Convenção que protege 500 mil trabalhadores e é uma referência mundial, além de reajuste com aumento real nos bancos públicos e privados”.



Em disputada assembleia, bancários votam pela aprovação das propostas

SE LIGUE NO BNB

Principais itens

- O BNB segue a Fenaban no reajuste salarial, benefícios, piso, seguro de vida em grupo, PLR, adiantamento da PLR, protocolo para prevenção de conflitos no ambiente de trabalho, 13ª cesta alimentação e auxílio funeral.
- Flexibilidade do atual modelo da licença para acompanhamento de filho menor de 14 anos ao médico para até 16h, a depender da jornada do funcionário.
- Aumento de 80% para 100% no adiantamento emergencial para afastados por licença-saúde.
- Diárias a serviço: elevação de 22,79% para diárias a serviço e de treinamento.
- O banco prometeu realizar dois concursos públicos. Um de nível médio e outro e superior.
- Parcelamento facultativo de férias em até três períodos
- Prorrogação de expediente para funcionários com mais de 60 anos (mulheres) e 65 anos (homens).
- Ampliação facultativa para 10 meses do prazo para pagamento retroativo da Camed.



REDE PRIVADA

NOVAS CONQUISTAS

- Reajuste salarial de 5% (reposição da inflação mais 1,18% de aumento real) sobre salários e demais verbas, a exemplo dos vales alimentação e refeição, 13ª cesta e auxílio-creche/babá.
- Parcelamento do adiantamento de férias em três vezes, a pedido do trabalhador.
- Realização do terceiro Censo da Diversidade.
- Manutenção de todos os direitos da CCT para os bancários hipersuficientes (que ganham a partir de R\$ 11.291,60).
- Possibilidade de horário de almoço flexibilizado: quem tem jornada de 6 horas e tiver de fazer hora extra, terá intervalo de almoço de 30 minutos e não de 1 hora como determina a lei.
- Cláusula do vale-transporte volta a ser a conquista da categoria de 4% de desconto sobre o salário base.
- Pagamento da primeira parcela da PLR no dia 20 de setembro.
 - Bancário demitido não precisará mais solicitar o pagamento da PLR proporcional se tiver conta corrente ativa no banco; os demais terão prazo para solicitar o pagamento.
 - Taxa negocial de 1,5%



PRESSÃO GARANTE DIREITOS

- Manutenção da PLR integral para as bancárias em licença-maternidade e os empregados afastados por doença ou acidente
- Adiantamento emergencial para quem tem recurso ao INSS por 120 dias (os bancos queriam diminuir para 90 dias)
- Proibição da divulgação de ranking individual, como forma de reduzir o assédio moral e a pressão por metas
- Salário do substituto
- Prazo de 30 dias para os trabalhadores apresentarem o recibo para reembolso do auxílio-creche (os bancos queriam prazo de 10 dias)
- Manutenção da cláusula que prevê adicional de insalubridade e periculosidade

AVANÇOS NO BB

Reajuste e PLR

- Como a Fenaban, o BB propõe acordo coletivo de trabalho para dois anos. Em 2018 são 5% (inflação mais 1,18% de aumento real) e em 2019 a reposição do período mais 1% de aumento real, com incidência sobre todas as verbas
- O modelo de PLR será mantido e o pagamento do primeiro semestre será feito após o acordo ser assinado

Intervalo de almoço

- Para o intervalo do almoço, a proposta prevê redução para 30 minutos, de forma facultativa, para os funcionários com jornada de oito horas. O modelo atual será mantido para os empregados que cumprem seis horas. Ou seja, sem registro de ponto
- Sobre as horas extras, o tempo mínimo de intervalo poderá ser de 30 minutos para quem tem jornada de seis horas. Atualmente, o funcionário é obrigado a fazer uma hora de intervalo

Banco de horas

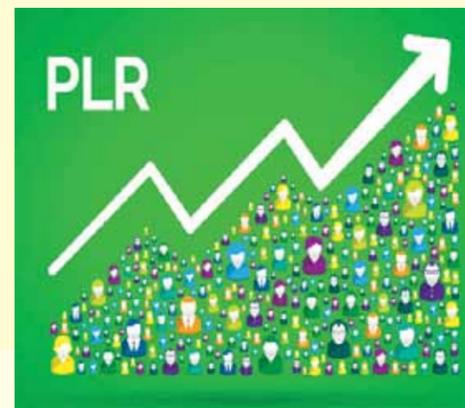
- O tempo para o funcionário compensar as horas extras com folgas será de seis meses, sendo que um dia será acumulado para um dia folgado. Caso não cumpra o prazo, o saldo de horas será convertido em espécie e pago no mês subsequente com o devido adicional de hora extra

Manutenção das três avaliações

- Serão mantidos os três ciclos avaliatórios consecutivos de GDP com desempenhos insatisfatórios, para descomissionar

Mesas temáticas

- Ainda foi mantida a mesa temática sobre saúde e segurança no trabalho, além de ter acrescentado duas novas sobre teletrabalho e escritórios digitais e entidades patrocinadas de bancos incorporados
- Também incluiu um dia de luto para falecimento de padrastos e madrasas do funcionário
- O trabalhador poderá optar por receber do vale-transporte em dinheiro ou em cartão magnético



DE OLHO NA CAIXA

Saúde Caixa

- Manutenção do atual modelo. O banco continua responsável por 100% dos custos administrativos e 70% das despesas assistenciais. A coparticipação segue sendo de 20% sobre o valor das despesas utilizadas no plano de saúde, limitada ao teto anual de R\$ 2,4 mil.
- O convênio médico mantido para aposentados e a se aposentar pelo INSS antes de romper o vínculo trabalhista com a Caixa.
- O conjugue, filhos - inclusive os adotivos -, enteados solteiros menores de 21 anos de idade mantidos como dependentes diretos. Neste item, a proposta tem um avanço, pois acrescenta os menores sob tutela ou curatela.
- Os pais e mães inscritos até o dia 31 de agosto deste ano continuam como dependentes indiretos, desde que preencham os requisitos do RH 043. Filhos e enteados solteiros a partir de 21 anos e menores de 24 anos também permaneceram nesse segmento. A mensalidade não sofre alteração. Portanto, será de 110,00 para cada um.
- A proposta tem, no entanto, um ponto de discordância. Aplicação de um teto de 6,5% da folha de pagamento e proventos para o reembolso da Caixa a partir de 2021. Os empregados admitidos após 31 de agosto de 2018 terão direito ao plano de saúde, mas de acordo com as regras da legislação vigente.



Reajuste e PLR

- O reajuste salarial segue a Fenaban, 5% para este ano e 1% de aumento real em 2019. O índice será o mesmo para as demais verbas
- Vale refeição 2018: R\$ 773,96
- Cesta alimentação 2018: R\$ 609,88
- 13ª cesta alimentação 2018: R\$ 609,88
- Auxílio Creche/Babá 2018: R\$ 468,42
- PLR e PLR Social mantidas
- Regra Fenaban: 90% da remuneração base de cada empregado, vigente em 1º de setembro de 2018, acrescida do valor fixo de R\$ 2.355,76, limitado ao teto individual de R\$ 12.637,50.
- Parcela adicional: 2,2% do lucro líquido apurado em 2018 até o limite individual de R\$ 4.711,52.
- PLR Social: 4% do lucro líquido, apurado no exercício de 2018, distribuídos de forma linear, proporcionalmente aos dias trabalhados em 2018, para todos os empregados.

As novas regras dos planos são criticadas

Na Câmara, trabalhadores denunciam prejuízos das resoluções da CGPAR

RENATA LORENZO
imprensa@bancariosbahia.org.br

NÃO foram poucas as críticas feitas pelos trabalhadores de estatais, como Caixa, Banco do Brasil, Correios, Eletrobras e Petrobras, às novas regras de custeio de planos de saúde de autogestão durante audiência pública, na Câmara Federal, anteontem.

A redução da participação das empresas nas despesas da assistência médica, além de desrespeito ao direito à livre negociação, com interesse em privatizá-las, foram apontados como principais prejuízos. As resoluções 22 e 23 da CGPAR, em vigor

desde janeiro passado, atingem em cheio os 4,7 milhões de usuários dos convênios de autogestão no país, sendo que 3 milhões são empregados de estatais.

Os trabalhadores apresentaram argumentos contra as medidas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. A empregada da Caixa e representante do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas, Maria Rita Serrano, considera que as resoluções são um ataque aos brasileiros e às condições de vida das pessoas, não só de trabalhadores.

“Apresentamos proposta para sustar os efeitos desses documentos, que consideramos abusivos e ilegais”, declarou a deputada Erika Kokay (PT-DF), que propôs o debate na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, autora do Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 956/18.



Planos de autogestão, como Saúde Caixa e Cassi, estão ameaçados pelas resoluções da CGPAR

Sindicato debate Cassi no sábado

NO SÁBADO, o Sindicato dos Bancários da Bahia retoma o debate sobre os prejuízos enfrentados na Cassi pelos funcionários da ativa e aposentados do Banco do Brasil. O encontro será às 14h, na AABB, em Piatã.

A intenção é esclarecer os trabalhadores

sobre a proposta onerosa que o BB tenta empurrar. Foram aprovadas a reforma estatutária e a revisão do custeio da Cassi. Mas, a instituição esconde que os atuais subsídios aos dependentes serão extintos e as mensalidades corrigidas pelos valores de mercado.

O movimento sindical apresentou proposta para combater os ataques do governo contra a sustentabilidade do plano, para garantir a manutenção de direitos e a cobertura de todos os funcionários, além dos dependentes.

Participam do encontro representantes da AFABB/BA (Associação dos Funcionários Aposentados do BB na Bahia), do Conselho de Usuários da Cassi da Bahia e da ANABB (Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil).



SAQUE

Rogaciano Medeiros

SÓ VONTADE A maior evidência de que a candidatura de Haddad se consolidou e ameaça a continuidade do golpismo neoliberal é a denúncia feita contra ele pelo Ministério Público de São Paulo, baseada apenas em delações premiadas e matérias da mídia conservadora. O processo é ainda mais inconsistente do que o do triplex do Guarujá (SP), que o juiz Sérgio Moro se apoiou para condenar Lula. Não há prova concreta. O Estado contra o povo.

TÁ DEMAIS O presidenciável Ciro Gomes (PDT) está corretíssimo ao prometer, se eleito, recolocar nos trilhos o Ministério Público, que integra o sistema de Justiça e tem exacerbado muito nas funções previstas pela Constituição. O MP, em nível federal e estadual, se transformou em potente ferramenta usada por setores reacionários encastelados no aparelho estatal para atingir inimigos políticos, manipular a democracia, tirar proveitos eleitorais e econômicos.

DITO E FEITO Meses atrás, no calor da polêmica sobre a possibilidade de o golpismo neoliberal fabricar motivos para suspender a eleição de outubro próximo, o filósofo Vladimir Safatle disse que o risco não se resumia ao mero cancelamento do pleito. Afirmou que a tática golpista seria tentar inabilitar qualquer candidato das forças progressistas com chance concreta de vitória nas urnas. Exatamente o que está acontecendo agora com Haddad. Vale tudo para conter a vontade popular.

SEM LEI A decisão do TSE, de respaldar o boicote da mídia conservadora à cobertura da campanha de Lula, confirma o completo domínio das forças golpistas sobre o Judiciário, particularmente as chamadas altas cortes. O próprio Tribunal Superior Eleitoral ainda não votou a legalidade da candidatura do ex-presidente, portanto é mais uma arbitrariedade contra Lula, com o endosso da Justiça. Terra sem lei.

NO NINHO O futuro presidente do STF, ministro Dias Toffoli, que assume dia 13 de setembro, é sempre posto em dúvida pela mídia golpista por ter chegado à corte pelas mãos do ex-presidente Lula. Mas, essa mesma imprensa suja, que vive a desqualificá-lo, não o critica pelo fato de ele ter indicado, para assumir a comunicação do Supremo, o tucano Marcio Aith, que estava servindo à campanha de Geraldo Alckmin. Aí pode.